

## **Por uma didática do jornalismo: análise comparativa de conteúdo entre os Manuais de Redação dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo<sup>1</sup>**

Tiago César AGOSTINHO<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Viçosa, MG

### **RESUMO**

O presente artigo se propõe, através da utilização da Análise de Conteúdo, realizar uma apreciação comparativa entre os Manuais de Redação dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Busca-se determinar qual Manual de Redação, dentre os dois pesquisados, possui um conteúdo mais didático e que, dessa forma, possa ser utilizado com maior eficiência nos cursos de jornalismo. Um Manual mais didático pode trazer um maior entendimento conceitual e sistemático aos estudantes, servindo, dessa maneira, como um importante apoio às atividades por parte dos docentes. Além dessa delimitação, o trabalho contextualiza historicamente a inserção dos Manuais de Redação no Brasil, demonstrando evoluções e utilidades, a criação dos primeiros cursos de graduação em jornalismo e a inserção do jornal – laboratório como prática pedagógica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Manual de Redação; Análise de Conteúdo; *Folha de São Paulo*; *O Estado de São Paulo*; Ensino de jornalismo.

### **Introdução**

O profissional jornalista, independente do seu campo de atuação, vê-se atrelado à necessidade da utilização correta da língua. As escolhas morfológicas, sintáticas e a atenção à semântica frasal devem ser sempre pensadas para o entendimento do público leitor.

O *deadline* faz com que, muitas vezes, as escolhas realizadas no momento da produção das matérias jornalísticas sejam aleatórias, não se tendo a preocupação com as unidades léxicas utilizadas nos textos. Independente deste prazo de entrega das matérias, o veículo de comunicação assume um compromisso com o leitor de usar corretamente a língua.

Para se criar um padrão mínimo e uniforme da escrita jornalística foram elaborados os Manuais de Redação (a partir de agora simplificando *MR*). Alguns veículos, guiados pelas regras gramaticais da língua portuguesa, sistematizaram seus

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 13 a 15 de maio de 2010 em Vitória - ES.

<sup>2</sup> Pós-graduando em Comunicação Organizacional (*lato sensu*) pelas Faculdades Metropolitana Unidas - FMU, email: [t.agostinho@yahoo.com.br](mailto:t.agostinho@yahoo.com.br).

estilos e normas linguísticas em livros em que “são incluídas orientações de ordem moral e instruções técnicas sobre como devem ser feitas as matérias, além de regras de gramática” (ERBOLATO, 2004, p. 125).

O objetivo do presente artigo é realizar uma análise qualitativa – descritiva e de conteúdo –, comparando dois *MR*. O primeiro é o do jornal *Folha de São Paulo*, que produziu seu primeiro *MR* em 1984; o outro *MR* é o do jornal *O Estado de São Paulo*, que lançou seu *MR* e *Estilo* em 1990. Buscar-se-á determinar qual *MR*, dentre os dois pesquisados, possui um conteúdo mais didático e que, dessa forma, possa ser utilizado nos cursos de jornalismo, principalmente em turmas iniciantes. Um Manual mais didático pode trazer um maior entendimento conceitual e sistemático aos estudantes, servindo, dessa maneira, como um importante apoio às atividades por parte dos docentes.

Didática é o campo da pedagogia que descreve, explica e fundamenta os métodos mais adequados para conduzir o aluno no processo de aquisição de hábitos, técnicas e conhecimento. Segundo Paulo Freire (2005), a nova escola é contra a idéia de que ensinar seja transmitir conhecimento, mas sim “criar possibilidades para a sua produção ou construção” (FREIRE, 2005, p.22).

Dessa forma, o *MR* mais didático seria aquele em que seu conteúdo fundamente, explique e descreva as estruturas relacionadas ao campo jornalístico, de forma que o aluno adquira hábitos, técnicas e conhecimentos acerca das atividades e rotinas habituais de um profissional jornalista.

A grade curricular dos cursos de Jornalismo oferece uma substancial variedade de disciplinas aos seus discentes. As disciplinas relacionadas ao jornalismo impresso, na maioria das vezes, utilizam os *MR* como fonte de consulta. Os *MR* apresentam uma gama de assuntos e temas que facilitam o entendimento dos alunos e orientam, juntamente com o docente responsável, as atividades estabelecidas.

Os *MR* utilizados nessa função de auxílio são provenientes de grandes jornais de circulação nacional. A escolha aleatória ao uso de um *MR* por parte dos docentes, ou a opção indiferente por partes do corpo discente, pode fazer com que o *MR* não cumpra sua função enquanto material de apoio. É tautológica a escolha de um material de apoio mais didático para as turmas iniciantes, e de um material com características práticas para as classes que estiveram mais avançadas em seu curso. A pesquisa se justifica

nesse ponto. Procuram-se, desta maneira, características de conteúdo que indiquem uma maior didática ou prática nos *MR*, para que, tendo essa definição delimitada, os professores possam utilizá-los direcionando-os ao nível momentâneo dos alunos.

Para tal, foram escolhidos os *MR* dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. A escolha dos *MR* se deu, primeiramente, ao fato que os dois jornais serem produzidos no mesmo estado, São Paulo. Levou-se em conta, também, o fato de os dois veículos circularem nacionalmente e não utilizarem regionalismos na construção de seus textos. Outro fator relevante na escolha foram as constantes atualizações dos manuais que possibilita uma análise direcionada ao avanço dos conteúdos relacionados às próprias edições. No caso do *MR* do jornal *Folha de São Paulo* foram lançadas edições em 1984, 1987, 1992 e 2001, e de *O Estado de São Paulo* nos anos de 1990, 1992 e 1997.

### **Os Manuais de Redação no Brasil<sup>3</sup>**

A criação do primeiro curso de jornalismo em 1947, da Faculdade Cásper Líbero, foi um marco para o jornalismo brasileiro. Antes dessa data, os conhecimentos acerca da profissão eram aprendidos nas redações dos jornais. “O aspirante a qualquer cargo ingressava na revisão, e se revelasse pendores, passava a colaborar nos setores de redação, de polícia, de esportes ou na *local*” (ERBOLATO, 2004, p.74, grifo do autor). Até metade do século XX, a mesma pessoa desempenhava inúmeras atribuições, pois não existiam técnicas jornalísticas detalhadas.

O período entre as décadas de 1930 e 1970 do jornalismo brasileiro ficou conhecido como *Era dos Manuais*. Com os jornais se transformando em empresas, o lucro começou a ser almejado. A ideologia de origem, marcada por um jornalismo fortemente opinativo e subjetivo, começou a ser deixada de lado já que era necessário atrair um maior público de leitores. De acordo com Sodré e Ferrari (1986), os textos jornalísticos passaram a ser mais informativos e o uso do *lead* tornou-se comum na escrita jornalística.

A partir da segunda metade do século XX são adotados os primeiros *MR*. Esse fato se deve à modernização empresarial que industrializou as empresas jornalísticas. A

---

<sup>3</sup> Parte desta reconstituição histórica é proveniente do artigo: “Questão de estilo: Evolução dos Manuais de Redação no Brasil. Estudo de caso dos Manuais de Redação dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*.”, elaborado pelo próprio autor desta pesquisa, apresentado no GT – Jornalismo e Editoração, do Iníciacom – Trabalhos de Iniciação Científica em Comunicação e publicado nos anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

função do texto nesse período era captar a atenção do leitor, que se atraindo pela notícia, compraria o veículo e garantiria o lucro da empresa jornalística. A reforma do estilo da imprensa brasileira, que até a década de 1920 seguia o perfil do jornalismo europeu (BAHIA 1990), começou na década de 1950, em um jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca*. Neste jornal foram introduzidos por Danton Jobim e Pompeu de Souza três importantes elementos oriundos do jornalismo norte-americano: o *lead*, o Manual de Redação e o *copy desk*<sup>4</sup>.

O objetivo geral dos *MR* era uniformizar a escrita dos profissionais para que a edição do jornal fosse padronizada. Essa atitude criaria uma unidade estilística. O *MR* seria um instrumento de auxílio à profissão, dando uniformidade ao veículo de comunicação. Os jornalistas se guiariam linguisticamente por tais livros. Cada veículo adotou normas e técnicas que condiziam com o planejamento gráfico e a ideologia do seu jornal.

Em alguns veículos de comunicação as precursoras dos *MR* foram fichas com regras que eram transmitidas de forma oral. Algumas normas gramaticais e técnicas eram anotadas e colocadas em fichários que ficavam a disposição dos jornalistas e revisores. As dúvidas mais frequentes se encontravam em tais fichas sobre a mesa dos editores para acesso dos jornalistas.

Com o crescimento das redações criou-se um *MR* único. “A qualificação editorial se completaria com usos de estilos inspirados no jornalismo norte-americano, como o *lead* e, a vários jornais (*Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*), dos anos 70 em diante, o Manual de Redação” (BAHIA, 1990, p.383).

Mônica Pegurer Caprino, em sua tese de doutorado intitulada *Questão de estilo: os textos jornalísticos e os Manuais de Redação*, faz uma abordagem generalista do uso e utilidades deste instrumento nas redações dos jornais impressos brasileiros, recuperando a trajetória do texto jornalístico. De acordo com Mônica Caprino pode-se,

resumir, assim, as funções e objetivos dos manuais de redação brasileiros: compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas; padronizar normas de estilo do veículo específico; orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo; transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores; divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing; estreitar sua relação com o leitor,

---

<sup>4</sup> Redator responsável por reescrever as matérias, dando um tratamento uniforme a todos os textos (ERBOLATO, 2004, p. 246).

estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado; substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas (CAPRINO, 2002, p. 99).

### **Ensino do jornalismo e o surgimento do jornal laboratório no Brasil**

A preocupação de se criar uma formação universitária de jornalistas no Brasil remonta o início do século XX. Entretanto, as iniciativas nesse sentido só se concretizaram na década de 1940. José Marques de Melo, em artigo publicado no livro *O ensino do jornalismo* (1972), relata a primeira tentativa de instalação de um curso de jornalismo no país, que ocorreu na década de 1930 e,

se deveu ao eminente educador baiano Anísio Teixeira, quando criou, no Rio de Janeiro, em 1935, a Universidade do Distrito Federal. Naquela instituição pioneira de ensino superior, Anísio Teixeira incluiu uma multiplicidade de cursos, inclusive o de Jornalismo, confiando sua implantação ao jornalista Costa Rego, então redator-chefe do ‘Correio da Manhã’ (MELO, 1972, p. 8).

Dirceu Lopes, em *Jornal Laboratório, do exercício escolar ao compromisso com o público leitor* (1989), afirma que neste curso pioneiro “seria criado um jornal laboratório para que os alunos pudessem desenvolver seus conhecimentos de sintaxe e ortografia da língua” (LOPES, 1989, p.25). A iniciativa de Anísio Teixeira não se consolidou. O curso, com perfil europeu, era concentrado em disciplinas como Ciências Sociais e Ética. Com o Estado Novo, a Universidade do Distrito Federal foi fechada e a iniciativa frustrada.

Enquanto na esfera pública o ideário de criação do curso superior em Jornalismo não havia saído do papel, em 1947, Cásper Líbero, diretor do jornal *A Gazeta*, em São Paulo, cria a primeira escola de jornalismo do Brasil. Seu funcionamento foi autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo reconhecida em dezembro de 1949. Em abril de 1948, seria inaugurado o primeiro curso público de jornalismo, em funcionamento na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Funcionando como apêndices das faculdades de Filosofia, os cursos de Jornalismo utilizavam, para as atividades docentes, nomes conhecidos da imprensa local. Logo nos primeiros anos de curso, começaram a circular as primeiras edições dos jornais laboratórios, “muito mais como órgão de divulgação do que como experiência pedagógica” (BENJAMIN *in* MELO, 1972, p. 27). A criação dos jornais-laboratório só foi realizada após reivindicações permanentes de alunos e professores de jornalismo.

Em 1969 aconteceu a modificação da legislação específica dos cursos de jornalismo, fato realizado pelo então Conselho Federal de Educação que ratificou a tendência dos cursos de Jornalismo a evoluírem para cursos de Comunicação Social. Com essa alteração ficou estabelecida a necessidade dos cursos serem equipados com uma estrutura necessária para a criação de jornais-laboratório.

A utilização dos jornais-laboratórios foi sendo paulatinamente aderida nas universidades. Patrícia Rodelli, em seu artigo *Jornal laboratório: prática extensionista articulada com a dimensão ética do jornalismo*, aborda a necessidade da prática de criação dos jornais-laboratório na universidade como preparação para o mercado de trabalho:

Entendemos que é na universidade que o aluno deve receber o treino através da didática aplicada no jornal-laboratório. Isto porque o espaço da universidade permite que se alie o processo de produção à reflexão do fazer jornalístico. Não só simular situações profissionais, mas também vivenciá-las tomando conhecimento de visão de conjunto ao que rege toda a estrutura do processo jornalístico na elaboração de um jornal impresso (RODELLI, 2006, p.2).

### **Análise de Conteúdo**

Para a busca de uma delimitação da didática nos MR, usar-se-á uma projeção que tente analisar o conteúdo específico dos mesmos. Dentro da *mass communication research*, durante a primeira metade do século XX, a Análise de Conteúdo se desenvolveu nos Estados Unidos. Nestes cinquenta anos, o material analisado nas universidades norte-americanas era essencialmente jornalístico.

Metodologicamente, no final dos anos 1940, as preocupações relacionadas à Análise de Conteúdo eram relativas a uma análise com finalidades de descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo da comunicação. O período seguinte, que vai até o início de 1960, é caracterizado pela expansão aplicativa da técnica, tornando-a qualitativa, e o surgimento de novas interrogações no plano metodológico.

Apesar dessa definição, Laurence Bardin, ressalta a dificuldade de se compreender a AC como um método uniforme, alertando para o fato de que se trata, antes, de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31). Maria Cecília Minayo em *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, enfatiza que a AC visa verificar hipóteses e/ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo que está manifestado no texto:

(...) o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente). A análise e a interpretação dos conteúdos obtidos enquadram-se na condição dos passos (ou processos) a serem seguidos (MINAYO, 2003, p. 74).

As fases de pesquisa, seguindo os princípios de Laurence Bardin, no livro *Análise de Conteúdo* (1977), organizam-se em três pólos cronológicos. O primeiro desses pólos é a pré-análise. É a fase de organização da pesquisa. Neste momento é escolhido o objeto que se pretende estudar. Posterior à delimitação objeto-*corpus*, no caso particular deste estudo, os *MR*, realizou-se a primeira leitura geral do objeto, estabelecendo-se, dessa forma, um conhecimento acerca do que se pretende estudar.

Em seguida devem-se referenciar os índices e elaborar indicadores. Nesta pesquisa considerar-se-á o texto como uma manifestação contendo índices que a análise irá abordar. Os índices serão os verbetes presentes nos *MR*, e os indicadores serão as presenças (ou não) destes índices no objeto de estudo e a intensidade com que eles serão abordados.

O terceiro pólo da pesquisa é o tratamento e a interpretação dos resultados obtidos. Neste momento, portando a análise descritiva de conteúdo, o pesquisador realiza o tratamento dos dados de forma a serem significativos e válidos. O tratamento do material é a chamada codificação. A organização da codificação compreende três escolhas: o recorte, que consiste na escolha das unidades de registro e contexto, a enumeração e a classificação agregada, que é a escolha de categorias.

A unidade de registro é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento do conteúdo a considerar como unidade base. Nesta pesquisa, as unidades de registro serão os verbetes, através dos quais, os *MR* categorizam e organizam os elementos de conteúdo. As unidades de contexto servem de compreensão para codificar as unidades de registro e correspondem ao segmento da mensagem cujas dimensões são necessárias para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Nesta pesquisa, as unidades de contexto serão as explicações e esclarecimentos dos verbetes, necessárias para que não se tenha dúvida em relação ao significado real proposto pelos autores dos *MR*.

Continuando a organização da codificação, é necessária a escolha das regras de enumeração. Nesta pesquisa as regras de enumeração serão relacionadas à presença (ou

ausência) de determinadas unidades de registro. A presença (ou ausência) das unidades de registro e, conseqüentemente das unidades de contexto, é significativa, funcionando, deste caso, como um indicador. A segunda, e última, regra de enumeração será a da intensidade. A medida de intensidade com que cada unidade de contexto aparece é indispensável na análise de conteúdo. Essa intensidade será observada levando em conta a profundidade que as unidades de contexto relativizam sua abordagem se relacionando com as unidades de registro.

Nesta pesquisa, as unidades de registro foram categorizadas em três grupos: Unidades de registro relacionadas à gramática normativa da língua portuguesa, unidades de registro relacionadas a elementos (lê-se termos, expressões, gírias) jornalísticos e, por último, unidades de registro relacionadas a elementos não-jornalísticos (lê-se palavras gerais, siglas, etc).

O último passo metodológico é a inferência, que é um processo pelo qual, através de determinados dados, chega-se a uma determinada conclusão. Para realizar a inferência, foram utilizados os livros *Para uma pedagogia do Jornal – Laboratório* de Dirceu Fernandes Lopes (2001) e *Jornal Laboratório, do exercício escolar ao compromisso com o público leitor* (1989). Nestes livros o autor cita os elementos (lê-se técnicas) de produção de um jornal.

Dessa forma, os elementos de categorização, formados pelas unidades de registro relacionadas a elementos jornalísticos, retirados dos *MR*, serão buscados nesse texto. Pretende-se, assim, chegar à conclusão que o *MR* que possuir uma maior quantidade de unidades de registro e mais aprofundadas unidades de contexto, necessárias para a produção do jornal-laboratório, é o *MR* mais didático.

### **Manuais de Redação de *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo***

O *MR* de *O Estado de São Paulo* foi lançado em 1990. Em sua primeira edição, o *MR* trazia informações simples e objetivas em dois capítulos divididos em verbetes. Devido à grande quantidade de venda desta edição, ela foi relançada em 1992, com acréscimo de informações e mais um capítulo.

Em 1997, aconteceu o lançamento da terceira e mais recente edição do Manual de Redação e Estilo, com acréscimos consideráveis em relação à original, de 1990.



Centenas de verbetes foram acrescentados ao texto e, simultaneamente, mais três capítulos.

As três edições são de autoria do jornalista mato-grossense Eduardo Martins, morto em 13 de abril de 2008, que trabalhou em *O Estado de São Paulo* remodelando textos da redação do jornal. Chefiou diversas editorias no periódico, foi secretário de redação e auxiliou na direção da redação, atuando no controle de qualidade dos textos publicados.

É interessante observar que a edição utilizada para a análise de conteúdo do Manual de *O Estado de São Paulo* é a terceira edição revista e ampliada lançada em 1997, pela editora Moderna. Foi uma edição distribuída gratuitamente pelo MEC às escolas públicas brasileiras.

O jornal *Folha de São Paulo* lançou em 1984 seu primeiro *MR*. A publicação com noventa e uma páginas tem em seu conteúdo uma pequena apresentação e um dicionário com expressões em ordem alfabética que julga importante para o conhecimento de jornalistas. Segundo os próprios autores, “este MANUAL GERAL não substitui um curso de jornalismo e muito menos a vivência prática de redação [...]. Seu objetivo é apenas traduzir, em normas empíricas e simples, a concepção de jornal que se procura praticar na Folha” (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p.9).

O *MR* produzido em 1984 levava pela primeira vez as normas de redação e a linha editorial de um jornal ao grande público. Entretanto, a edição não foi bem aceita por todos os setores da sociedade. “A crítica formada por professores e estudiosos da época se voltou ao primeiro *MR* da *Folha*, publicado em 1984, que estabeleceu regras rígidas, uma vez que pretendia mudar o padrão de texto que estava estabelecido e a direção considerava inadequado” (CAPRINO, 2002, p. 100).

Em 1987, a *Folha de São Paulo* lançou a segunda edição revista e ampliada do *MR*, com a coordenação do jornalista Lins da Silva. O jornalista “recheou o texto de conceitos e rotinas de produção, definindo e impondo um padrão de jornalismo crítico, apartidário e pluralista” (CHAPARRO, 1994, p. 94).

Com um conteúdo mais amplo, bem semelhante ao apresentado na edição mais recente de 2001, a *Folha* lançou em 1992 sua terceira edição. A empresa, preocupando-se com a imagem institucional, eliminou revelações claras de relações de poder entre os setores de controle e produção, claramente notados nas edições anteriores.



Em 2001, a *Folha de São Paulo* publicou sua mais recente edição do *MR*. Nesta edição, é possível notar uma flexibilização progressiva das normas presentes nas edições anteriores, que se apresentavam mais impositivas.

### **Análise Comparativa de Conteúdo**

Após a descrição analítica de conteúdo, passaremos para o terceiro e último pólo que é denominado tratamento e a interpretação dos dados. Para tal, realizou-se a codificação, que é o tratamento dos dados brutos do texto. A realização da codificação compreende três escolhas: o recorte, que consiste na escolha das unidades de registro e contexto, a enumeração e a classificação agregada, que é a escolha das categorias.

A unidade de registro é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento do conteúdo a considerar como unidade base. Para tal, utilizou-se como unidades de registro os verbetes. As unidades de contexto servem de compreensão para codificar as unidades de registro. Nesta pesquisa as unidades de contexto serão as explicações e esclarecimentos dos verbetes.

É necessária, posteriormente, a escolha das regras de enumeração. Nesta pesquisa elas serão relacionadas à presença (ou ausência) de determinadas unidades de registro. A segunda, e última, regra de enumeração será a intensidade. Essa intensidade será observada levando em conta a profundidade que as unidades de contexto são tratadas, relacionando-as às unidades de registro.

Depois de escolhidas as regras de enumeração, far-se-á a categorização, etapa que consiste na classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, logo após, por reagrupamento segundo critérios previamente definidos. Nesta pesquisa as unidades de registro utilizadas serão relacionadas a elementos (lê-se termos, expressões, gírias) jornalísticos, já que o objetivo da pesquisa é chegar à conclusão de qual *MR* possui um conteúdo mais didático. Posteriormente, essas unidades foram comparadas conteudisticamente, levando em consideração as etapas de elaboração de um jornal laboratório. Dessa forma, o *MR* que possuir uma maior quantidade de unidades de registro e mais aprofundadas unidades de contexto, necessárias para a produção do jornal-laboratório, é o *MR* mais didático.

### **Elementos relacionados à elaboração do jornal-laboratório**

Tendo o conteúdo relacionado aos elementos jornalísticos delimitados, levou-se em consideração, neste momento, as etapas de elaboração de um jornal-laboratório.

Dirceu Fernandes Lopes, em seus livros *Jornal Laboratório, do exercício escolar ao compromisso com o público leitor* (1989) e *Para uma pedagogia do jornal-laboratório* (2001) delimita diversas atividades a serem desenvolvidas na produção de um veículo de comunicação laboratorial.

Nos dois livros publicados por Dirceu Lopes, são estruturadas as dinâmicas produtivas de veículos de comunicação laboratoriais. A estrutura utilizada pelo autor é formada por textos históricos relatando experiências em diversos jornais-laboratório no país e uma estrutura teórica, relatando o processo de produção. Para análise de conteúdo, formular-se-á uma tabela com as estruturas e processos citados na produção dos veículos, com duas colunas posteriores, uma relacionada ao MR de *O Estado de São Paulo* e a outra ao MR da *Folha de São Paulo*.

Atividade ou termo jornalístico	Unidade de registro citada ou	Unidade de registro citada ou
Anúncio Publicitário	Não	Sim
Apuração (checagem de	Não	Sim
Chefe de Reportagem	Não	Não
Colunista	Não	Sim
Comentarista/ Colaborador	Não	Sim
Correspondente (enviado	Não	Sim
Editor chefe	Não	Sim
Editoria	Não	Sim
Editorialista/ Editorial	Não	Sim
Entrevistas	Sim	Sim
Ética	Sim	Sim
Fechamento	Sim	Sim
Fonte	Não	Sim
Imprensa	Não	Sim
Ilustrações	Sim	Não
Jornalista	Não	Sim
Lead	Sim	Sim
Leitor	Não	Sim
Linha editorial	Não	Não
Mass media	Não	Sim
Matéria	Sim	Sim
Notícia	Não	Sim

Objetividade	Não	Sim
Pauta	Sim	Sim
Pirâmide Invertida	Não	Sim
Redator	Não	Sim
Release	Não	Não
Reportagem	Sim	Sim
Repórter	Não	Sim
Revisor	Não	Sim
Serviço	Não	Sim
Suplementos	Não	Sim

### Inferências

Observando o quadro acima, constata-se que dos trinta e dois termos ou elementos jornalísticos citados por Dirceu Lopes (1989) e (2001), vinte e quatro não são abordados pelo *MR* de *O Estado de São Paulo*. Considerando os mesmos termos, o *MR* da *Folha de São Paulo* não cita apenas quatro deles. Dos quatro termos não mencionados pelo *MR* da *Folha de São Paulo*, apenas um é citado pelo *MR* de *O Estado de São Paulo*, o termo ILUSTRAÇÃO, os outros três termos não são mencionados por nenhum dos dois *MR*, CHEFE DE REPORTAGEM, LINHA EDITORIAL e RELEASE.

Dos termos não citados pelo *MR* de *O Estado de São Paulo*, alguns são básicos e essenciais para as atividades jornalísticas como REPÓRTER, NOTÍCIA, APURAÇÃO e FONTE. Dos oito termos que são mencionados pelo *MR* de *O Estado de São Paulo*, exclusivamente o termo ILUSTRAÇÃO não é citado pelo *MR* da *Folha de São Paulo*.

Além dos trinta e dois termos citados por Dirceu Lopes (1989) e (2001), o *MR* da *Folha de São Paulo* apresenta mais trinta e oito termos ou expressões jornalísticas, enquanto o *MR* de *O Estado de São Paulo* menciona mais quinze termos.

Se a presença de unidades de registro gera unidades de contexto sete unidades de contexto são presentes em ambos os *MR*. Dos oito termos totais apresentados pelo *MR* de *O Estado de São Paulo*, ENTREVISTAS, ÉTICA, FECHAMENTO, ILUSTRAÇÕES, LEAD, MATÉRIA, PAUTA, REPORTAGEM, sete também são apresentados pelo *MR* da *Folha de São Paulo*, excetuando ILUSTRAÇÕES.

No termo ENTREVISTAS, o *MR* de *O Estado de São Paulo* cita dezoito dicas e regras para se realizar entrevistas. Posteriormente são mostradas mais treze dicas para se escrever uma entrevista de perguntas e respostas. Exemplos são citados em todos os

casos. Já no *MR* da *Folha de São Paulo* são citadas dezesseis dicas e regras para se escrever uma entrevista, tanto no caso de entrevistas exclusivas, como no caso de entrevistas ping-pong. Logo após as dicas, o *MR* ensina passo a passo o processo de relação com as fontes e como entrevistá-las. Neste caso a intensidade abordada pelo *MR* da *Folha de São Paulo* é mais aprofundada.

O termo *ÉTICA* recebe abordagem semelhante nos dois *MR*, ocupando uma folha em ambos. O verbete *FECHAMENTO* é definido nos dois *MR* sem exemplos e com conteúdos similares. No termo *LEAD*, o *MR* de *O Estado de São Paulo* cita dicas para a construção de leads, todas com exemplos. O *MR* da *Folha de São Paulo* traz duas utilizações erradas do lide e três casos em que o uso do lide está correto. Este é o único caso que o *MR* de *O Estado de São Paulo* realiza uma abordagem mais aprofundada de um termo presente em ambos os *MR*.

Os verbetes *MATÉRIA*, *PAUTA* e *REPORTAGEM* também apresentam intensidades semelhantes.

Das trinta e duas unidades de registro que geram unidades de contexto citadas por Dirceu Lopes (1989) e (2001), o *MR* de *O Estado de São Paulo* apresenta oito unidades de contexto, podendo ser consideradas as outras vinte e quatro unidades de contexto nulas, ou seja, sem conteúdo. Já em relação ao *MR* da *Folha de São Paulo* vinte e oito unidades de contexto são citadas e definidas, e apenas quatro delas podem ser consideradas nulas, que são *CHEFE DE REPORTAGEM*, *ILUSTRAÇÕES*, *LINHA EDITORIAL* e *RELEASE*.

## **Conclusão**

Depois de realizada toda metodologia da Análise de Conteúdo, passando pela Pré-Análise, Descrição Analítica, Categorização e Inferências, pode-se constatar que os Manuais de Redação dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* apresentam mudanças consubstantivas de conteúdo que os diferenciam de forma que sejam mais didáticos quando utilizados como apoio nas disciplinas dos Cursos de Jornalismo.

A abordagem de três vezes mais termos relacionados a elementos ou termos jornalísticos, um maior aprofundamento geral de unidades de contexto, uma notável menor quantidade de intensidades de contexto nulas, uma semelhança de abordagem

entre cinco termos presentes em ambos os *MR*: ÉTICA, FECHAMENTO, MATÉRIA, PAUTA, REPORTAGEM e uma mais intensa contextualização do termo ENTREVISTAS, permite concluir que o *Manual de Redação* do jornal *Folha de São Paulo* é mais didático, e, dessa forma, pode trazer mais benefícios pedagógicos e educativos aos discentes dos cursos de Jornalismo. O seu uso pode acarretar um maior entendimento conceitual e sistemático aos estudantes, servindo, dessa maneira, como um importante apoio às atividades por parte dos docentes.

A metodologia utilizada também permite concluir que o *MR* de *O Estado de São Paulo* se preocupa, em seu conteúdo, mais com elementos relacionados à gramática da Língua Portuguesa, dedicando grande parte de seus verbetes a esta abordagem. A *AC* do *MR* permitiu confirmar a passagem realizada por Manuel Carlos Chaparro, que diz que “o universo discursivo do *Manual de Redação e Estilo*, lançado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, limita-se quase só à valorização do uso correto da língua. Faz disso o valor vital do jornal” (CHAPARRO, 1994, p. 97).

No momento da finalização desta pesquisa, os jornais continuam realizando reimpressões das edições anteriores. A criação dos portais na internet dos jornais citados e as mudanças e adaptações lentas e contínuas nos processos jornalísticos, cria novos termos, técnicas e práticas a cada dia. Novos *MR* devem ser criados para atender as novas práticas e possíveis mudanças lingüísticas, mas acredito que a essência dos mesmos não se altere.

## **Bibliografia**

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4a. ed. São Paulo: Ática. 1990. 216 p.

CAPRINO, Mônica Pegurer. *Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação*. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, v. 37, p. 96-113, 2002.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do Jornalismo*. S. Paulo: Summus, 1994.

ERBOLATO, Mário. *Técnicas de codificação em Jornalismo*. Redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

LOPES, Dirceu Fernandes. *Jornal laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor*. São Paulo: Summus, 1989.

LOPES, Dirceu Fernandes. *Para uma Pedagogia do Jornal – Laboratório*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2001.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984, 1987, 1992, 2001.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990, 1992, 1997.

MELO, José Marques (org.). *O Ensino de Jornalismo. Documentos da IV Semana de Estudos de Jornalismo*. São Paulo: ECA/USP 1972. 244 p.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

RODELLI, Patrícia. *Jornal laboratório: prática extensionista articulada com a dimensão ética do jornalismo*. ENDECOM 2006. Disponível em: <http://143.107.95.118/bitstream/1904/19309/>. Acessado em 24 de setembro de 2008, às 10h45.